

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

FAKE NEWS E COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: A RESPOSTA DO CEARÁ À PANDEMIA DE COVID-19

Arituza Timbó Freitas¹
Emanuel Freitas da Silva²

RESUMO

O presente estudo investiga como o Estado do Ceará respondeu à desinformação durante a pandemia de Covid 19, analisando a atuação nas redes do então governador Camilo Santana e do Governo do Estado. O foco está na análise de ferramentas institucionais como o *Portal de Verificação de Fake News* e as transmissões semanais ao vivo (*lives*), que se tornaram essenciais para orientar a população. O objetivo geral é analisar como o Governo estruturou e implementou estratégias de comunicação para combater a disseminação de *fake news*, identificando desafios, respostas e impactos na sociedade. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise aprofundada de artigos científicos, livros, teses e dissertações sobre os temas de comunicação, pós-verdade, *fake news*, pandemia de Covid-19 e comunicação governamental. Essa etapa visou construir uma base teórica sólida que permitisse a compreensão do fenômeno da desinformação em sua complexidade. Esta pesquisa tem como foco a compreensão das estratégias de comunicação governamental adotadas pelo Governo do Estado do Ceará no enfrentamento das *fake news* durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o material empírico será constituído por documentos, mídias digitais e produções discursivas relacionadas à comunicação pública cearense no período de 2020 a 2022.

Palavras-chaves: Pandemia de Covid 19; *Fake News*; estratégias de comunicação

1 INTRODUÇÃO

No dia 1º de julho de 2025, o Portal do Governo do estado do Ceará anunciou a seguinte notícia: “*Estudo inédito da UECE destaca impacto das fakenews sobre vacinação na mortalidade por covid*”. (CEARÁ, 2025). As informações divulgadas são resultado da pesquisa de Adriana Rodrigues da Cunha, “*Impacto das Fake news sobre vacinação na mortalidade por Covid-19: uma análise epidemiológica no Brasil*”, publicada na Revista de Enfermagem da UFPI, que analisou dados entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, identificando uma correlação significativa entre a circulação de *fake news* sobre vacinas e a mortalidade por Covid-19 no Brasil.

¹Arituza Timbó Freitas; arituza.freitas@gmail.com

²Doutor em Sociologia; emanuel.freitas@uece.br.

A conclusão a que chega é que as *fake news* impactaram negativamente a saúde coletiva, influenciando decisões individuais e fragilizando a confiança nas medidas de prevenção, entre elas, a vacinação. A mesma constata que “nos meses em que mais circularam *fake news* sobre vacinas, também foram registrados mais óbitos pela doença no Brasil e, à medida que diminuíram as *fake news*, as mortes também diminuíram”(CUNHA, 2025).

De acordo com o manual de comunicação do SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Senado Federal -, a expressão *Fake News* significa notícia falsa, em inglês. Informação falsa, imprecisa ou enganosa, frequentemente disseminada como se fosse verdadeira nas redes sociais, com objetivo de confundir e manipular pessoas. De modo que "são notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais". Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo (geralmente figuras públicas).

A pandemia de Covid-19 representou um dos maiores desafios da história recente não apenas para os sistemas de saúde, mas também para os mecanismos de comunicação pública e governamental. No contexto da crise sanitária, a circulação massiva de informações falsas configurou um fenômeno global de desinformação que comprometeu a credibilidade das instituições, afetou a adesão da população às medidas de prevenção e agravou os impactos sociais da pandemia (RECUERO; SOARES, 2020). Nesse cenário, a comunicação governamental assumiu papel central na mediação entre o Estado e a sociedade, tornando-se instrumento estratégico na gestão da crise, na produção de sentidos e na legitimação de políticas públicas.

Entretanto, a atuação dos governos, inclusive no âmbito estadual, enfrentou o desafio de conciliar a transparência e a agilidade das informações oficiais com a disputa narrativa travada nos ambientes digitais. O governo do Ceará, assim como outros entes federativos, precisou criar estratégias comunicacionais para combater a desinformação e garantir a confiança pública em meio à sobrecarga informacional e à multiplicidade de fontes. Ainda que esforços tenham sido empreendidos, como campanhas institucionais, uso de plataformas digitais e parcerias com veículos de mídia, permanece a questão sobre a efetividade dessas ações diante do avanço das *fake news* e seus efeitos sobre a percepção pública das políticas de saúde.

Dessa forma, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a comunicação governamental do Estado do Ceará respondeu à disseminação de *fake news* durante a pandemia

de Covid-19 e em que medida suas estratégias comunicacionais contribuíram para enfrentar a desinformação e promover a credibilidade institucional?

As redes sociais e aplicativos de mensagens, com seu alcance e velocidade, funcionaram como vetores amplificadores de conteúdos falsos, muitas vezes reproduzidos por autoridades políticas e influenciadores digitais, criando um ambiente propício para a polarização e a desconfiança. O presente estudo investiga como o Estado do Ceará respondeu à desinformação durante a pandemia, analisando a atuação das redes do então governador Camilo Santana(PT) e do Governo do Estado. O foco está na análise de ferramentas institucionais como o *Portal de Verificação de Fake News* e as transmissões semanais ao vivo (*lives*), que se tornaram canais essenciais para esclarecer e orientar a população.

O trabalho tem como objetivo geral analisar como o Governo estruturou e implementou estratégias de comunicação governamental para combater a disseminação de *fake news* durante a pandemia de Covid-19, identificando desafios, respostas e impactos na sociedade. E como objetivos específicos: identificar as estratégias de comunicação governamental adotadas pelo Governo do Ceará para enfrentar a desinformação; avaliar o papel das redes sociais, plataformas digitais e mídias tradicionais no processo de combate às *fake news*; analisar a percepção da população cearense quanto à credibilidade das informações oficiais durante a pandemia, e por fim, contribuir para o debate acadêmico e social sobre políticas de comunicação pública em contextos de emergência.

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise aprofundada de artigos científicos, livros, teses e dissertações sobre os temas de comunicação, pós-verdade, *fake news*, pandemia de Covid-19 e comunicação governamental. Essa etapa visou construir uma base teórica sólida que permitisse a compreensão do fenômeno da desinformação em sua complexidade. Esta pesquisa tem como foco a compreensão das estratégias de comunicação governamental adotadas pelo Governo do Estado do Ceará no enfrentamento das *fake news* durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o material empírico será constituído por documentos, mídias digitais e produções discursivas relacionadas à comunicação pública cearense no período de 2020 a 2022.

As fontes primárias correspondem aos materiais oficiais e comunicacionais produzidos diretamente pelo Governo do Ceará e seus órgãos vinculados, que expressam as ações e estratégias de enfrentamento à desinformação. Entre elas destacam-se publicações oficiais do

Governo do Ceará, conteúdos digitais publicados nas redes sociais oficiais, tais como: *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* do Governo do Estado e da Secretaria da Saúde – SESA, campanhas de comunicação pública de prevenção e combate à Covid-19, coletivas de imprensa, pronunciamentos e entrevistas do governador e das equipes de saúde e comunicação durante o período pandêmico e sites e plataformas institucionais (Portal do Governo do Ceará, Portal da SESA e portais de transparência). Essas fontes permitirão analisar o discurso institucional e as estratégias utilizadas para combater a desinformação e promover a confiança pública.

As fontes secundárias serão compostas por estudos acadêmicos, relatórios e análises que fundamentam teoricamente a discussão sobre *fake news*, comunicação governamental e esfera pública. Artigos e livros de autores que corroboram com a temática da pesquisa tais como Raquel Recuero (2020), Francisco Paulo Jamil Marques (2019), Margarida Kunsch (2016), Manuel Castells (2015) e Habermas (2003). E ainda, pesquisas institucionais do IBGE, Fiocruz e Ministério da Saúde sobre a percepção da população em relação à informação pública durante a pandemia e teses e dissertações sobre comunicação pública, políticas de transparência e enfrentamento à desinformação em contextos de crise.

Diante desse cenário, o presente estudo contribuirá para o aprofundamento da análise sobre comunicação governamental em tempos de crise, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento à desinformação, tanto no Ceará quanto em outras realidades similares. Além do aspecto emergencial da pandemia, o combate às notícias falsas deve ser compreendido como uma frente estruturante da comunicação pública contemporânea. A institucionalização de mecanismos permanentes de verificação e educação midiática é um passo essencial para fortalecer a democracia informacional e garantir que a população possa exercer seus direitos com base em dados confiáveis (COSTA e SILVA, 2025).

A presente pesquisa, portanto, não se limita a relatar uma experiência pontual, mas pretende contribuir para a formulação de políticas públicas de comunicação mais eficazes, responsáveis e democráticas. O estudo também visa fomentar o debate acadêmico sobre o papel do Estado frente à desinformação e suas implicações éticas, políticas e sociais no século XXI.

2 JUSTIFICATIVA

A realização do estudo intitulado *“Fake News e Comunicação Governamental: A Resposta do Ceará na Pandemia”* justifica-se diante da necessidade urgente de compreender o papel do poder público na contenção da desinformação, sobretudo em contextos de crise sanitária. A pandemia da Covid-19 evidenciou como a disseminação de notícias falsas afeta diretamente o comportamento social, interferindo nas decisões relacionadas à vacinação, à adesão às medidas de isolamento e à busca por tratamentos científicos comprovados.

Durante a pandemia de Covid-19, o Ceará ganhou destaque por suas iniciativas no combate à desinformação, com especial protagonismo do então governador Camilo Santana. Em abril de 2020, o governo cearense criou a agência de checagem de notícias, tornando-se uma das primeiras iniciativas estaduais do tipo no Brasil. A ação foi noticiada por veículos de imprensa de alcance nacional, como o G1 que destacava no dia 29 de abril de 2020: *“Ceará lança agência de checagem de notícias para combater as fake news em meio à pandemia da Covid-19”*

Assim, no Estado do Ceará, o enfrentamento institucional das *fake news* destacou-se nacionalmente pela adoção de estratégias específicas de comunicação pública, como o lançamento do *“Portal de Verificação de FakeNews”* também chamada de Antifake CE, criado para apurar informações e desmentir boatos que circulavam em redes sociais e aplicativos de mensagens. Outra ferramenta fundamental foram as *lives* (transmissões pela internet ao vivo) semanais do então governador Camilo Santana, que se consolidaram como canal oficial de esclarecimento e atualização, garantindo o contato direto e transparente com a população.

Na mesma direção, a Assembleia Legislativa do Ceará (Alec) aprovou, e o governo sancionou, uma lei que estabelecia multa para quem divulgasse notícias falsas sobre a pandemia. A iniciativa gerou repercussão na imprensa nacional, incluindo a CartaCapital que noticiou no dia 30 de abril de 2020: *“Deputados do Ceará aprovam lei que multa quem divulgar notícia falsa”*. Em maio de 2020, o então governador Camilo Santana sancionou a lei que penalizava a divulgação de notícias falsas relacionadas à Covid-19. A iniciativa foi destaque no programa Roda Viva, da TV Cultura, onde ele comentou sobre a legislação. E a Folha de São Paulo, que noticiou a preocupação de entidades de imprensa com o texto da lei, com a seguinte matéria do dia 06 de maio de 2020: *“Entidades da imprensa veem com preocupação lei que combate a fake news no Ceará”*. Mesmo quase dois anos após a sanção da lei, reportagens do Diário do Nordeste mostravam que o combate às notícias falsas era uma batalha constante no estado. Outra notícia publicada por Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil, em 05 de maio

de 2020/ 16:25 h em Brasília: ***“Ceará adota medidas mais duras para conter pandemia de covid-19”*** - Região metropolitana da capital adotará bloqueio total do comércio e ainda, ***“Camilo Santana sanciona leis com ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Ceará”*** - Governador disse que reuniu-se virtualmente com os prefeitos das cinco macrorregiões do Estado e ouviu as principais demandas vindas deles, publicado no Jornal Diário do Nordeste em 23 de março de 2021/ 18:40 h, podem demonstrar como essa questão das *fake news* foram refutadas no estado do Ceará.

O governador utilizou suas redes sociais para desmentir notícias falsas sobre medidas de combate à pandemia. Em janeiro de 2021, um evento chamado "Papo SUS" ampliou o debate sobre o tema no estado. Em fevereiro de 2021, por exemplo, o G1 Ceará noticiou que ele desmentiu rumores de um novo *lockdown* no estado. Em outro episódio, o portal **G1** publicou um "É FAKE" para desmentir um vídeo editado do governador, mostrando seu combate direto à desinformação. Camilo Santana também participou de eventos para debater o combate à desinformação. Essas iniciativas, aliadas ao engajamento público do governador, consolidaram a imagem do Ceará como um estado proativo no enfrentamento da desinformação durante a crise sanitária, chamando a atenção da mídia nacional e de pesquisadores para as ações implementadas.

A *Antifake CE* foi uma agência do Governo do Ceará criada em 2020 para combater a desinformação sobre a administração pública do estado. Ela funcionava recebendo denúncias e checando informações falsas através de contato por redes sociais, emitindo conteúdos de qualidade e com embasamento técnico para "restabelecer a verdade". A agência era formada pelas equipes técnicas e de comunicação das secretarias e órgãos vinculados ao governo estadual. Foi uma iniciativa oficial do Governo do Ceará para checar dados e informações, atuando como uma agência de *fact-checking* focada em assuntos relacionados à administração pública estadual.

A agência trabalhava em duas frentes principais. A primeira era a de receber denúncias, onde cidadãos podiam contatar a *Antifake CE* por *WhatsApp*, *Telegram*, *e-mail* e redes sociais para reportar notícias imprecisas. Enquanto que a segunda era a de checar e desmentir *fake news*. Nesse caso, as equipes técnicas e de comunicação das secretarias do estado analisavam as informações denunciadas e produziam conteúdos de qualidade e embasados tecnicamente para combater a desinformação e esclarecer dúvidas. A *Antifake CE* era administrada e composta pelas

equipes técnicas e de comunicação de diversas secretarias e órgãos vinculados ao Governo do Ceará.

Segundo Silva (2019) o tema torna-se ainda mais relevante diante da dinâmica digital contemporânea, na qual a disseminação de informações sejam elas, verdadeiras ou falsas, ocorre em ritmo acelerado, viabilizado pela utilização massiva de *smartphones* e pela integração da *internet* e ferramentas de comunicação instantânea no dia a dia da sociedade. Nesse contexto, conforme destacado por Lira (2025, p. 10):

Hoje, todos carregam no bolso uma pequena ágora e com ela suas pequenas verdades, na forma de um aparelho brilhante e colorido, instrumento com respostas rápidas que chegam em um piscar de olhos. [...] Esse poder [...] tem inegável e forte influência sobre a sociedade atual e elasteceu o entendimento do termo ‘verdade’, transcendendo a barreira do real e chegando ao universo virtual.

Nesse cenário, percebe-se que a sociedade alcançou um nível comunicacional nunca visto, e essa facilidade e abundância de fluxo de informações acabam por afetar a percepção e a interpretação das informações recebidas, como inferiu Santaella (2001, p. 02):

[...] estamos inseridos em uma civilização da comunicação. Ora, o ser humano sempre foi por natureza um ser simbólico, ser de linguagem e de comunicação. Comunicar-se, portanto, não é novidade para o humano. Então onde está a novidade? Ela só pode estar na multiplicação crescente e acelerada dos meios de que o ser humano dispõe para criar, registrar, transmitir e armazenar linguagens e informações” (SANTAELLA, 2001, p. 02).

A autora ressaltou, ainda, que as vias complexas de comunicação exercem “um papel estruturante” no atual estágio de organização da sociedade, formando uma sociedade “que é definida em termos de redes” (SANTAELLA, 2001, p. 08). A *internet* e os meios de comunicação instantânea, agindo em conjunto com os algoritmos das redes sociais, serviram para dar voz e fomento a teorias conspiratórias e negacionistas científicas (LIRA, 2025, p. 13):

O fenômeno da pós-verdade, aliado aos meios de comunicação instantânea, começou a servir como justificativa para o renascimento e reformulação de ideologias que questionam a realidade estabelecida pela ciência natural, desde a utilidade das vacinas [...] até preceitos basilares da sociedade moderna, como a democracia. A desinformação nas redes busca reescrever o passado com linhas que justifiquem a subversão dos direitos no presente, enfraquecendo os alicerces democráticos.

O combate às *fake news*, portanto, exige respostas institucionais planejadas, céleres e contínuas, reforçando o papel da comunicação pública enquanto instrumento de gestão e de defesa da saúde coletiva. Como observa Santaella, a comunicação se tornou uma “ciência piloto

para cujas questões acabam convergindo muitas outras ciências” (SANTAELLA, 2001, p. 1), e é nesse cruzamento interdisciplinar que se deve buscar as soluções para o problema da desinformação em contextos críticos como o da pandemia.

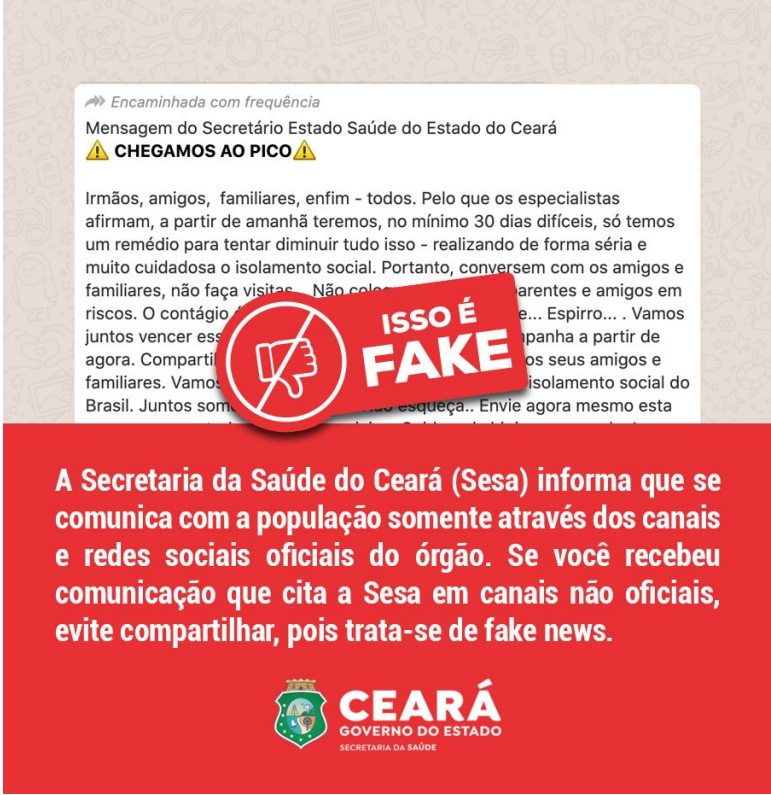
O Governo do Ceará disponibilizou em seu portal institucional materiais que consolidam essas ações, bem como notícias jornalísticas que documentam as *fake news* mais recorrentes no período entre 2020 a 2022, como: a) boatos sobre o suposto fechamento total do comércio sem anúncio oficial; b) *fake news* sobre a ineficácia das vacinas e sua associação a controle populacional;³ c) áudios falsos circulando em nome do governador sobre encerramento do *lockdown*; d) vídeos de hospitais supostamente “vazios” ou desativados;⁴ e) mensagens recomendando uso de medicamentos não recomendados para tratar a enfermidade, como a ivermectina e hidroxicloroquina, sugerindo erroneamente apoio do governo estadual.⁵

³As informações de que as vacinas são ineficazes e servem para controle populacional são completamente falsas e desmentidas pela ciência. Essa *fakenews* ganhou força principalmente durante a pandemia de COVID-19, mas é um tipo de desinformação que afeta diversas campanhas de vacinação, colocando em risco a saúde pública. Foi necessário refutar a desinformação, que dizia que as vacinas eram ineficazes, produzindo o mito de que as mesmas não funcionavam ou perderiam sua eficácia com o tempo. O fato é que a eficácia das vacinas é comprovada por rigorosos estudos científicos e testes clínicos. Elas agem estimulando o sistema imunológico a produzir uma resposta de defesa, prevenindo doenças graves e mortes. Embora a imunidade possa diminuir com o tempo para algumas doenças, a solução é a dose de reforço, que reativa a proteção.

⁴Inúmeras matérias jornalísticas e agências de checagem de fatos desmentiram vídeos que circularam nas redes sociais durante a pandemia de COVID-19, alegando que hospitais estariam “vazios” ou desativados. Essas reportagens revelaram a descontextualização das imagens e a manipulação de informações com o objetivo de minimizar a gravidade da crise sanitária. Matérias do portal Lupa e de outras mídias mostraram que vídeos de “hospitais vazios” em São Paulo distorciam a realidade, ignorando a superlotação de outras alas e hospitais da região. Um vídeo viral que mostrava profissionais de saúde cantando em uma ala supostamente vazia na Paraíba foi desmentido pelo G1. A checagem revelou que o hospital não estava vazio e que a comemoração era em uma ala específica e desativada na ocasião, enquanto as UTIs permaneciam lotadas. Em 2021, o jornal *Estado de Minas* desmentiu um vídeo de leitos vazios em um hospital, mostrando que os internados por COVID-19 estavam em outra ala, o que evidencia a manipulação para gerar desinformação. O portal Catraca Livre publicou uma matéria desmentindo a *fakenews* que dizia que o Hospital das Clínicas da USP não tinha pacientes com COVID-19.

⁵A propagação de notícias falsas sobre o “tratamento precoce” no Ceará, utilizando medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina, esteve diretamente relacionada às recomendações do então presidente Jair Bolsonaro e de alguns de seus apoiadores, incluindo deputados estaduais. Bolsonaro defendeu publicamente o uso desses medicamentos, apesar da falta de evidências científicas de sua eficácia contra a COVID-19. Ele chegou a ser alvo da CPI da pandemia no Senado, onde foi acusado de divulgar mensagens falsas sobre o uso desses remédios. No Ceará, a influência das recomendações de Bolsonaro gerou divisões entre a classe médica. Deputados estaduais, alinhados com o discurso federal, usaram plataformas para endossar a narrativa do tratamento precoce, mesmo com o posicionamento contrário da Secretaria da Saúde do estado. Em maio de 2021, uma checagem de fatos do Estadão Verificação desmentiu um deputado que usou um vídeo editado fora de contexto para sugerir que o governador do Ceará teria admitido o uso de cloroquina no estado.

Durante a pandemia de COVID-19, mensagens de desinformação circularam amplamente no Ceará, sugerindo erroneamente que o governo estadual apoiava o uso de medicamentos como ivermectina e hidroxicloroquina para tratar a enfermidade. Na realidade, o governo do Ceará adotou uma postura oposta, e as alegações falsas foram disseminadas em aplicativos de mensagens e redes sociais. O estado do Ceará: A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) desaconselhou formalmente a utilização de hidroxicloroquina e cloroquina no tratamento de pacientes com COVID-19, em maio de 2020, por meio de uma nota técnica. Em abril de 2020, o governo estadual criou a agência "Antifake CE" para combater as notícias falsas sobre a pandemia. Veículos de checagem, como o portal "Fato ou Fake", do G1, desmentiram mensagens que alegavam que o governo do Ceará não havia enviado representantes para receber vacinas, comprovando a falsidade da informação. Em outubro de 2021, o Ministério Público do Ceará (MPCE) iniciou investigações sobre o plano de saúde Hapvida, acusado de pressionar médicos a receitarem o "kit COVID", que incluía medicamentos sem eficácia comprovada.

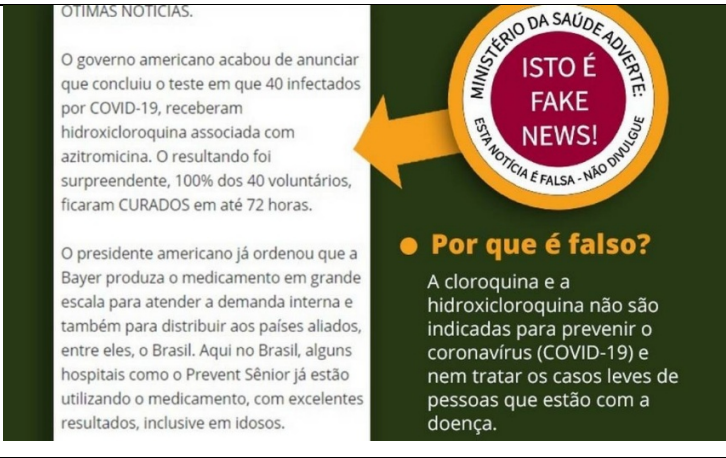
NOTÍCIAS	COMBATE A FAKE NEWS PELO GOVERNO DO CEARÁ
Boatos sobre o suposto fechamento total do comércio sem anúncio oficial	 A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) informa que se comunica com a população somente através dos canais e redes sociais oficiais do órgão. Se você recebeu comunicação que cita a Sesa em canais não oficiais, evite compartilhar, pois trata-se de fake news. CEARÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA SAÚDE

Fakenews sobre a ineficácia das vacinas e sua associação a controle populacional;



Áudios e mensagens falsas circulando em nome do governador sobre encerramento do lockdown;



Vídeos de hospitais supostamente “vazios” ou desativados;	 A unidade hospitalar localizada em Limoeiro do Norte, exibida e citada em vídeo que circula nas redes sociais, não é o Hospital Regional do Vale do Jaguaribe (HRVJ). Inaugurado pelo Governo do Ceará em novembro de 2021, o HRVJ está em sua primeira fase de funcionamento, atualmente com 60 leitos de internação/enfermaria nas áreas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Psiquiatria, dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e cinco acomodações de apoio, além de Centro de Imagem com exames laboratoriais, endoscopia, raio-x, ultrassonografia, tomografia computadorizada, hemodinâmica e ressonância magnética.
Mensagens recomendando uso de medicamentos não recomendados para tratar a enfermidade, como a ivermectina e hidroxiquina, sugerindo erroneamente apoio do governo estadual.	 ÓTIMAS NOTÍCIAS. O governo americano acabou de anunciar que concluiu o teste em que 40 infectados por COVID-19, receberam hidroxiquina associada com azitromicina. O resultado foi surpreendente, 100% dos 40 voluntários, ficaram CURADOS em até 72 horas. O presidente americano já ordenou que a Bayer produza o medicamento em grande escala para atender a demanda interna e também para distribuir aos países aliados, entre eles, o Brasil. Aqui no Brasil, alguns hospitais como o Prevent Sênior já estão utilizando o medicamento, com excelentes resultados, inclusive em idosos. ● Por que é falso? A cloroquina e a hidroxiquina não são indicadas para prevenir o coronavírus (COVID-19) e nem tratar os casos leves de pessoas que estão com a doença.

Segundo Santaella (2001), a comunicação não pode mais ser vista como um simples canal de emissão e recepção, mas como um fenômeno complexo, híbrido e interdisciplinar que permeia todas as dimensões da vida social e política. De forma análoga, o papel da mídia governamental deve ser reavaliado à luz dessas novas exigências sociais. Não basta apenas informar: é preciso educar, formar senso crítico e fomentar o pensamento reflexivo.

A atuação do Governo do Ceará durante a crise sanitária fornece um exemplo concreto de como a gestão pública pode incorporar práticas comunicacionais inovadoras, com foco na transparência, interatividade e combate à desinformação. Tais práticas incluem não apenas os

canais institucionais clássicos, mas também o uso de redes sociais, transmissões ao vivo e plataformas de checagem, voltadas a públicos diversos. Vale ressaltar que, como aponta Santaella (2001), a era digital modificou radicalmente as estruturas de recepção da informação, promovendo uma descentralização comunicacional que desafia os antigos modelos de comunicação de massa. Com isso, os cidadãos tornam-se também emissores de conteúdo, o que exige uma reconfiguração das estratégias de comunicação do Estado, para que estas acompanhem as transformações da sociedade em rede.

A relevância do tema reside na urgência de compreender o papel do poder público na contenção da desinformação, sobretudo em contextos críticos, onde a informação oficial confiável é um recurso fundamental para a segurança e o bem-estar coletivos. Ao contrapor a estratégia do Ceará com o cenário nacional, este trabalho busca oferecer um caso de estudo relevante para pensar políticas públicas de enfrentamento à desinformação de forma mais eficaz, democrática e participativa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Comunicação, pós-verdade e *fake news*

O fenômeno das *fake news* consolidou-se como um dos maiores desafios da comunicação contemporânea. A era da pós-verdade, termo popularizado em 2016, alterou a forma como os indivíduos se relacionam com a informação, privilegiando narrativas emocionais e crenças pessoais em detrimento de dados objetivos e fatos verificáveis (SANTAELLA, 2018a). A popularização do termo “pós-verdade” é atribuída à revista inglesa *The Economist*, que, em sua edição de setembro de 2016, proclamou o “ocaso da verdade factual”. O conceito foi cunhado para descrever um ambiente onde os fatos objetivos têm menos peso do que os apelos emocionais. Eugênio Bucci (2017) aponta a campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e a vitória do “*Brexit*” no Reino Unido como sintomas dessa nova era, em que a propaganda enganosa e as notícias fraudulentas se agravaram violentamente (p. 22):

As democracias mais estáveis do planeta estariam ingressando numa era em que os relatos sobre os acontecimentos perderam referência na verdade factual (ou “verdade de facto”, ou, ainda, a verdade que se extrai da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos). Dois meses depois dessa capa de *The Economist*, o termo “pós-verdade” foi declarado “a palavra do ano” pelo Dicionário Oxford. Em inglês,

“post-truth” é um adjetivo que “qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública”⁴. Também segundo o Dicionário Oxford, hoje é muito mais fácil, para um agente político e para as pessoas em geral, manipular dados conforme sua vontade.

Ainda segundo o autor, a mentira na imprensa é um fenômeno tão antigo quanto a própria imprensa. Um exemplo histórico citado é a campanha de desinformação de 2003, que, com manchetes mentirosas veiculadas em jornais de boa reputação, ajudou a convencer a opinião pública de que a invasão do Iraque era justificada por supostas armas de destruição em massa. Outro exemplo é a obra *Os Protocolos dos Sábios do Sião*, um livro antissemita utilizado para promover o ódio contra os judeus. Ele foi publicado pela primeira vez em 1903. A obra contém “teorias da conspiração” sobre um imaginário poder global judaico. Ele sendo inteiramente falso, difundiu preconceitos antissemitas que levaram a perseguições genocidas.

Esse fenômeno, impulsionado pela arquitetura das redes sociais e dos algoritmos, favoreceu a difusão de ideologias negacionistas que contestam consensos científicos e democráticos (LIRA, 2025). Bucci (2017) destaca que o problema das redes sociais não está na tecnologia em si, mas em questões de concentração de propriedade e no fato de que, por serem monopólios globais, elas se apossaram do fluxo das comunicações digitais.

A propagação das mensagens nas redes depende diretamente da ação das audiências, nas quais o desejo leva vantagem sobre o pensamento, em uma dinâmica impulsionada pelo entretenimento e por emoções, e não pela razão. Essa dinâmica cria “bolhas” sociais que são “impermeáveis ao dissenso” e dificultam a circulação de informações plurais e de pontos de vista divergentes (GUEDES, 2017). O autor aponta que as notícias fraudulentas se difundem mais rapidamente e em uma escala acachapante, jamais vista antes. Além disso, a fraude é lucrativa dentro do ambiente virtual, pois gera mais cliques e, consequentemente, mais receita para quem a produz.

A desinformação, em suas diferentes dimensões, da *misinformation* (informações falsas sem intenção de prejudicar) à *disinformation* (informações falsas com intenção deliberada de enganar) e à *malinformation* (informações verdadeiras usadas de forma maliciosa) (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), tornou-se uma ameaça à saúde pública e à própria democracia (RECUERO, 2021). Bucci (2017) ressalta a importância da “verdade factual”, um conceito de Hannah Arendt, que a descreve como “pequena, frágil, efêmera”, mas indispensável para a política (ARENDR, 2022). Arendt argumenta que a verdade factual é facilmente reconhecível por

pessoas comuns e que a política deve buscá-la “fora de seus domínios”, pois confiar à política o papel de estabelecer a verdade dos fatos é flertar com o autoritarismo. Essa perspectiva reforça o valor do trabalho do repórter, que se situa “do exterior do domínio político”, e destaca a necessidade de a imprensa ser um domínio separado da política para que a democracia possa funcionar.

Estudos anteriores à pandemia já evidenciavam a instrumentalização política das *fake news*. Silva (2019) analisou as eleições presidenciais de 2018, destacando como grupos católicos carismáticos no *Facebook* difundiram notícias falsas contra candidatos, ressignificando a disputa eleitoral como uma “batalha espiritual” e fortalecendo identidades políticas. Essa abordagem reforça que as *fake news* não são apenas um problema comunicacional, mas uma ameaça ética e política que exige respostas estratégicas e educativas (SANTANA; SIMEÃO, 2020).

Assim sendo, a atuação deliberada de atores do campo religioso na política eleitoral nos permite compreender o ativismo religioso conservador que, caucionado numa visão negativa da política brasileira, da qual precisariam “libertar” o país, vai mobilizando-se na perspectiva de construção de uma nova cultura política no país, crente no “dever moral” de interferir nos rumos das disputas.

Complementarmente, o conceito de toxicidade informacional (WILKE, 2020/2021) expande essa compreensão, mostrando que o conteúdo falso não apenas desinforma, mas também “adoece indivíduos e as sociedades democráticas, ao esmaecer a empatia” (WILKE, 2020, p. 35).

Na perspectiva discursiva, Lé (2023) evidencia que a desinformação é sustentada por redes referenciais de sentido, como as anáforas indiretas, que orientam a interpretação textual em favor de conteúdos falsos. Em sua análise de checagens realizadas pelo portal Aos Fatos durante a campanha eleitoral de 2022, a autora demonstrou que o tipo de *fake news* mais recorrente foi o conteúdo enganoso (52,5%), usado principalmente para culpar adversários ou defender a própria imagem política. Nesse sentido, “a dimensão argumentativa do texto, da qual os referentes fazem parte, é sempre estratégica para os interlocutores, fazendo parte do seu projeto de dizer, seja para veicular informação, seja para veicular desinformação” (LÉ, 2023, p. 15).

Essas perspectivas reforçam a compreensão de que a desinformação não é apenas um problema comunicacional, mas também ético e político. Como ressaltam Santana e Simeão (2020, p. 92), o combate às *fake news* exige não só estratégias de comunicação eficazes, mas também ações educativas que promovam consciência crítica e competências informacionais. Do mesmo modo, Santaella (2018a, p. 23) define a pós-verdade como circunstâncias em que “fatos

objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença da pessoa”. Por fim, Bucci (2017) destaca que a crença de que a verdade é fornecida gratuitamente se intensificou, em grande parte devido às redes sociais, que banalizaram o sentido de palavras como “notícia” e “informação”. Para o autor, a “sucuri de silício não liga para a verdade factual, que virou uma espécie de fóssil pré-histórico” (BUCCI, 2017).

Assim, compreender a dinâmica da pós-verdade e das *fakenews* exige reconhecer tanto os mecanismos discursivos de referenciação que legitimam conteúdos falsos (LÉ, 2023) quanto a toxicidade informacional que adoece indivíduos e sociedades (WILKE, 2020/2021).

3.2. Pandemia e desinformação

A pandemia de Covid-19 expôs de forma dramática os perigos das *fake news* para a saúde coletiva. Narrativas falsas que minimizavam a gravidade da doença, questionavam a eficácia do isolamento social e divulgavam tratamentos sem comprovação científica (como a cloroquina) se espalharam rapidamente (SANTANA; SIMEÃO, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) cunhou o termo infodemia para caracterizar o excesso de informações (verdadeiras e falsas) que dificultam o acesso a orientações confiáveis (WHO, 2020).

No Brasil, a situação foi agravada pela atuação do governo federal, que figurou como difusor de *fake news* relacionadas a medicamentos sem eficácia científica e às vacinas (RECUERO et al., 2021). A ausência de uma estratégia nacional unificada de comunicação, combinada com discursos negacionistas, exigiu que estados e municípios criassem suas próprias soluções para informar a população, evidenciando a necessidade de respostas institucionais planejadas e céleres (MENESES, 2021). As agências de checagem, como Lupa e Aos Fatos, assumiram um papel crucial na verificação de conteúdos enganosos (ARAUJO PINTO; ANTUNES; ALMEIDA, 2021), mas sua atuação reativa se mostrou insuficiente diante da velocidade da desinformação, reforçando a necessidade de políticas públicas mais estruturadas.

A pandemia de Covid-19 representou um cenário extremo para a circulação de *fake news*. Boatos sobre medicamentos ineficazes, questionamentos sobre vacinas e informações falsas sobre o fechamento do comércio demonstraram que a desinformação comprometeu a eficácia das políticas públicas de saúde e criou insegurança na população. De modo que a desinformação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil foi um fenômeno complexo e impactante, com vários atores disseminando notícias falsas sobre tratamentos ineficazes, vacinas e medidas sanitárias. O

ambiente político polarizado exacerbou a situação, com o governo do então presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, incluindo figuras religiosas e parlamentares, promovendo narrativas que minaram as políticas de saúde pública (AVRITZER; KERCHER; MARONA, 2021).

O governo Bolsonaro e seus apoiadores defenderam o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, como cloroquina e ivermectina, para o tratamento da Covid-19. Essa defesa incentivou a população a buscar remédios perigosos e a desacreditar a ciência. O mesmo se opôs constantemente às medidas de isolamento social e ao uso de máscaras, defendidas pelas autoridades de saúde, classificando a doença como uma "gripezinha" e minimizando sua gravidade. A Polícia Federal concluiu que Bolsonaro cometeu crime ao divulgar informações falsas sobre a Covid-19, manipulando publicações e promovendo alarme.

Em 2020, o governo federal chegou a alterar a forma como os dados de casos e mortes por Covid-19 eram divulgados, dificultando o acompanhamento da pandemia. A atitude do governo gerou críticas de especialistas e do Supremo Tribunal Federal, que determinou a divulgação completa dos balanços. Mas o pior ainda estava por vir, agravando a situação de pandemia ainda mais. Foram divulgadas inúmeras notícias falsas sobre a vacina. O ex-presidente Jair Bolsonaro associou, falsamente, a vacinação contra a Covid-19 à AIDS, em uma *live* transmitida em 2021. A Polícia Federal apontou que a informação era inverídica, havia sido produzida por seu ajudante de ordens e foi propagada de forma livre e consciente pelo presidente (ZANIN, 2024).

Em meio a tudo isso, o Pastor David Góes, da Igreja Canaã, no Ceará, afirmou em um vídeo que a vacina CoronaVac causava câncer e transmitia o vírus HIV. O Ministério Público do Ceará o intimou a depor e pediu sua responsabilização civil e criminal pela divulgação da notícia falsa. Mensagens falsas sobre as vacinas, como a teoria de que alterariam o DNA humano ou causariam um falso "câncer turbo", circularam intensamente nas redes sociais, causando medo e desconfiança.⁶

Para piorar ainda mais a situação grupos religiosos e deputados bolsonaristas apoiaram e divulgaram essas notícias falsas em suas redes sociais. Durante a pandemia, parlamentares alinhados ao governo Bolsonaro, como o ex-deputado Osmar Terra, foram figuras centrais na disseminação de desinformação. Sites bolsonaristas divulgavam dados científicos falsos que

⁶ Pastor do Ceará diz que CoronaVac 'tem HIV', e promotorias de Justiça querem responsabilização civil e criminal. Centros de apoio e promotorias do Ministério Público apontam indícios de alarde por perigo inexistente e propagação de notícias falsas, irregularidade prevista em lei estadual cearense. Por G1 CE/15/12/2020 22h48.

depois eram compartilhados por esses parlamentares. Grupos evangélicos conservadores, muitos deles apoiadores de Bolsonaro, intensificaram a disseminação de narrativas religiosas, incluindo notícias falsas sobre perseguição a cristãos e outras teorias conspiratórias, que se misturavam à desinformação sobre a pandemia (GEHRKE; BENETTI, 2021).

As consequências dessas atitudes foram devastadoras para a população que não sabiam, em meio ao pânico, em quem acreditar. A disseminação desenfreada de *fake news* minou a confiança da população nas instituições de saúde, dificultou a adesão às medidas sanitárias e contribuiu para o agravamento da pandemia no Brasil, que registrou um grande número de mortes. A desinformação impactou diretamente a saúde pública, desestimulando a vacinação e colocando vidas em risco (FALCÃO; DE SOUZA, 2021).

No Ceará, relatos de áudios falsos atribuídos ao governador, vídeos de hospitais supostamente vazios e recomendações de medicamentos não autorizados exemplificam como padrões nacionais de desinformação foram replicados localmente. Entretanto, a adoção de estratégias comunicacionais proativas, como o Portal de Verificação de *Fake News* e as *lives* semanais, permitiu ao governo estadual reduzir os efeitos negativos dessas narrativas, fortalecendo a confiança social e aumentando a adesão às medidas de prevenção (SANTAELLA, 2001, p. 8; LIRA, 2025, p. 13).

3.3. Pandemia e comunicação institucional

A comunicação governamental é a mediação entre o Estado e a sociedade, voltada para o exercício da cidadania e a transparência da gestão pública (DUARTE, 2012). Em situações de crise, esse papel se torna central, pois a informação oficial confiável é um recurso fundamental para salvar vidas e orientar comportamentos coletivos (GOMES, 2017). A pandemia da Covid-19 evidenciou que a comunicação é uma dimensão indissociável da gestão pública em saúde. Como destaca Castells (2009), vivemos em uma “sociedade em rede” em que a circulação de informações molda percepções, comportamentos e decisões políticas.

A pandemia de Covid-19 representou um duplo desafio: conter uma crise sanitária sem precedentes e enfrentar a proliferação de desinformação em escala global. A Unesco classificou o fenômeno como “desinfodemia”, destacando sua capacidade de comprometer a adesão às medidas de proteção e gerar insegurança social (POSETTI; BONTCHEVA, 2020). No Brasil, a

situação se agravou pela atuação do governo federal, que figurou como difusor de “*fake news*” relacionadas a medicamentos sem eficácia científica e às vacinas contra a Covid-19. Pesquisas apontaram que tanto o Ministério da Saúde quanto o então presidente Jair Bolsonaro propagaram desinformação em grande escala, dificultando a adoção de políticas públicas baseadas em evidências (RECUERO et al., 2021; PINTO; ANTUNES; ALMEIDA, 2021; ARAUJO PINTO; CARVALHO, 2023).

Nesse contexto, iniciativas da sociedade civil, do campo acadêmico e de conglomerados midiáticos assumiram protagonismo no enfrentamento à desinformação. Araujo Pinto, Antunes e Almeida (2021) demonstram que as agências de checagem, como Lupa, Aos Fatos e Boatos.org, desempenharam papel central ao verificar conteúdos enganosos, sobretudo no auge da pandemia, quando informações falsas sobre vacinas e tratamentos precoces circulavam em alta velocidade. Para os autores, essas iniciativas “atuaram como mediadoras entre ciência e sociedade, embora limitadas pelo caráter reativo diante da velocidade da desinformação” (ARAUJO PINTO; ANTUNES; ALMEIDA, 2021, p. 14).

De forma complementar, Pinto e Carvalho (2022) destacam que as respostas da sociedade civil se dividiram em “*fact-checking*” e letramento midiático, mas permanecem insuficientes sem políticas públicas estruturadas. Como afirmam as autoras, o enfrentamento sustentável da desinformação “exige políticas públicas permanentes, que articulem regulação, educação midiática e fortalecimento da comunicação pública” (ARAUJO PINTO; RIOS, 2022, p. 18).

O mapeamento realizado por Araujo Pinto e Carvalho (2023) identificou 44 iniciativas de enfrentamento à desinformação entre 2020 e 2022, sendo a maioria protagonizada pela academia (38,6%), seguida por empresas de comunicação (29,5%), ONGs (15,9%) e governo (15,9%). Nesse conjunto, 31,8% das ações estavam diretamente voltadas à desinfodemia, com destaque para projetos de checagem e educação midiática.

Esse quadro reforça a centralidade da comunicação institucional em momentos de crise. De um lado, o governo federal fragilizou a confiança social ao difundir informações enganosas. De outro, experiências locais, como a do Governo do Ceará, com a criação do *Portal de Verificação de Fake News* e as *lives* semanais do governador Camilo Santana, demonstraram que a comunicação governamental estruturada pode contribuir para reduzir a desinformação e fortalecer a adesão às medidas sanitárias.

Em contraponto ao cenário nacional, o Governo do Ceará adotou estratégias inovadoras. A iniciativa do *Portal de Verificação de Fake News* e as transmissões ao vivo do governador Camilo Santana permitiram uma interação direta com a população e o esclarecimento em tempo real. Santaella (2001) ressalta que a sociedade contemporânea é definida por redes, e a comunicação do Estado deve ser estratégica, educativa e participativa para disputar espaço com a desinformação. As ações proativas de comunicação, como as adotadas pelo Ceará, fortalecem a confiança social, fomentam o senso crítico e contribuem para a defesa da democracia informacional, mostrando que a informação pública pode ser uma política de Estado, e não apenas de governo.

O estudo de caso demonstra que a comunicação governamental, quando estruturada de forma estratégica e transparente, atua como instrumento de gestão de crises e de defesa da saúde coletiva. Santaella (2001, p. 2) observa que a multiplicação acelerada dos meios de comunicação exige respostas contínuas e planejadas do Estado, capazes de disputar espaço com a desinformação em ambientes digitais. No Ceará, a integração entre transmissões ao vivo, canais de checagem e campanhas educativas mostrou-se eficaz em informar, educar e engajar a população, evidenciando que a comunicação pública não deve se limitar à emissão de dados oficiais, mas atuar na formação do senso crítico e na promoção de competências informacionais (SANTANA; SIMEÃO, 2020, p. 92).

Além de medidas educativas, é preciso utilizar a tecnologia como um recurso que melhora a qualidade dos processos de comunicação, tornando-os mais seletivos e orientados aos usuários, o que oportuniza contribuições significativas à qualidade nas tarefas de mediação e relacionamentos entre grupos e pessoas nas redes sociais. Para enfrentar o fenômeno das fake news, o emprego das tecnologias deve facilitar o acesso e uso dos serviços informacionais, com dispositivos que identifiquem ou, pelo menos, indiquem a possibilidade de fraudes ou a circulação de informações duvidosas.

Portanto, a experiência cearense confirma que ações permanentes de verificação de informações, educação midiática e transparência são essenciais para enfrentar não apenas crises emergenciais, como a pandemia, mas também para consolidar a democracia informacional (SANTAELLA, 2001, p. 8; LIRA, 2025, p. 13). Assim, a pandemia revelou a urgência de integrar iniciativas da sociedade civil, do jornalismo e do campo acadêmico a políticas públicas nacionais de comunicação, capazes de superar o caráter reativo da checagem e consolidar estratégias permanentes de educação midiática e transparência institucional.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados revelou que o Governo do Ceará tratou a comunicação como uma política pública de saúde, integrando-a de forma estratégica e contínua às medidas sanitárias e hospitalares. O estudo de caso demonstra que o enfrentamento das *fakenews* não pode se limitar a ações reativas, mas deve ser proativo e contínuo, utilizando uma variedade de canais para atingir a população de forma ampla e confiável.

A estratégia das *lives* semanais com o governador Camilo Santana se mostrou particularmente eficaz. Ao utilizar plataformas de redes sociais como Facebook e Instagram, o governo conseguiu criar um canal de comunicação direta e transparente com a população. Essa prática reduziu a intermediação da mídia tradicional e ofereceu uma fonte oficial de informações num ambiente marcado pela circulação de boatos, fortalecendo a confiança da população no governo estadual (MACHADO, 2022). As transmissões se tornaram um espaço pedagógico, onde o gestor não apenas anunciava medidas, mas também explicava a lógica por trás do isolamento social e a importância da vacinação, promovendo o letramento midiático e científico.

NOTÍCIAS NO PERÍODO PANDEMICO	MEIOS DE COMUNICAÇÃO	DATA
Ceará lança agência de checagem de notícias para combater as fakenews em meio à pandemia da Covid-19 - Os dados foram atualizados pela plataforma IntegraSUS às 17h18 desta quarta-feira (29).	G1 CE	29/04/2020
Ceará decide multar quem compartilha fakenews na pandemia do coronavírus - O governo do Ceará sancionou uma lei contra fakenews que estabelece multa de até R\$ 2 mil para quem divulgar informações falsas sobre a pandemia.	Jornal Nacional	01/05/2020
Governador do Ceará diz que mesmo com 'lockdown' não há como avaliar se estado evitará colapso - Camilo Santana culpa Bolsonaro pelo relaxamento da quarentena e diz que, como consequência, teve que decretar medida extrema de confinamento. Por Sergio Roxo.	Jornal O Globo	07/05/2020
Camilo Santana, governador do Ceará, comenta lei de combate a fakeNews - Camilo Santana, engenheiro agrônomo e governador do Ceará, falou ao Roda Viva sobre a lei que combate as fakenews, sancionada por ele. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/videos/75603_camilo-santana-governador-do-ceara-comenta-lei-de-combate-a-fake-news.html . Acesso em: 09/10/2025.	TV CULTURA Programa Roda Viva	09/06/2020
'Vivemos hoje um dos momentos mais graves da pandemia', diz Camilo Santana - Mortes por Covid-19 crescem de forma acelerada no Ceará, e sistema de saúde está próximo de colapso com ocupação de quase todos os leitos de UTI.	G1 CE	04/03/2021
Politização da pandemia impulsiona 'fakenews' em meio à segunda onda no Ceará; saiba como evitar - No Ceará, prática pode ser punida com multa. Governador Camilo Santana fez apelo,	Jornal Diário do	18/03/ 2021

nesta semana, para que as pessoas não acreditem em boatos e busquem fontes oficiais de informação. Escrito por Igor Cavalcante.	Nordeste	
Deputado usa vídeo editado e fora de contexto para afirmar que governador admite uso da cloroquina no Ceará - Não existe recomendação de prescrição rotineira ou de uso domiciliar de cloroquina no Estado; conteúdo antigo e manipulado foi compartilhado pelo deputado federal Capitão Wagner (PROS-CE).	Jornal Estadão	17/05/2021

A criação do canal “*Fato ou Fake Ceará*” representou uma inovação na comunicação governamental, pois o Estado passou a atuar ativamente no contraponto à desinformação. Essa iniciativa permitiu que a própria população participasse do processo de verificação, enviando conteúdos suspeitos para análise. Além disso, as campanhas educativas em rádio, televisão e *outdoors* complementaram as iniciativas digitais, reforçando a importância do uso de máscaras e do distanciamento social, e mais tarde, da vacinação (LOPES, 2021).

O Ceará foi um dos estados mais afetados pela pandemia de Covid-19 no Brasil, especialmente no início de 2020, quando o sistema de saúde enfrentou forte pressão. Diante desse cenário, o Governo do Estado adotou não apenas medidas sanitárias e hospitalares, mas também desenvolveu estratégias de comunicação pública voltadas ao combate à desinformação. Como aponta Albuquerque (2023, p. 78), em situações de crise, a clareza e a regularidade das mensagens oficiais tornam-se elementos centrais para a eficácia das políticas públicas.

Uma das estratégias mais marcantes foi a realização de *lives* semanais no Facebook e Instagram, conduzidas pelo então governador Camilo Santana. Nessas transmissões, o gestor apresentava dados atualizados da pandemia, anunciava medidas de enfrentamento e respondia perguntas de internautas em tempo real. De acordo com estudo de Machado (2022, p. 54), essa prática de comunicação direta fortaleceu a confiança da população no governo estadual, pois reduziu a intermediação da mídia tradicional e ofereceu uma fonte oficial de informações num ambiente marcado pela circulação de *fake news*. Além disso, as transmissões se tornaram um espaço pedagógico de explicação das medidas de isolamento social e de incentivo à vacinação.

Outro marco foi a criação do canal oficial “*Fato ou Fake Ceará*”, lançado para identificar e desmentir notícias falsas relacionadas à Covid-19 e às políticas públicas estaduais. Por meio desse canal, disponibilizado em redes sociais e no portal oficial do governo, a população podia enviar conteúdos suspeitos para verificação. Segundo Silva e Costa (2023, p. 91), a iniciativa representou uma inovação na comunicação governamental, pois o Estado passou a atuar não apenas na divulgação de informações oficiais, mas também no contraponto ativo à

desinformação. Dessa forma, o Ceará antecipou práticas que depois foram replicadas em outras unidades federativas.

Além das iniciativas digitais, o Governo do Ceará promoveu campanhas educativas em rádio, televisão e *outdoors*, com mensagens de incentivo ao uso de máscaras, ao distanciamento social e, posteriormente, à vacinação. Houve também parceria com universidades e órgãos de imprensa para a checagem de dados, reforçando a credibilidade das informações divulgadas. Para Lopes (2021, p. 112), esse conjunto de ações demonstra que a comunicação foi tratada como política pública de saúde, integrando-se às medidas sanitárias e hospitalares. Ao priorizar a clareza, a regularidade e o combate ativo às *fake news*, o governo cearense conseguiu construir um canal de confiança com a sociedade.



Os efeitos dessas estratégias puderam ser percebidos tanto na opinião pública quanto em indicadores de comportamento social. Pesquisa do Instituto Datafolha (2021) apontou que a maioria dos cearenses afirmava confiar mais nas informações do governo estadual do que nas do governo federal durante a pandemia⁷. Assim, o caso do Ceará ilustra como a comunicação governamental, quando utilizada de forma estratégica, pode atuar como instrumento de enfrentamento às *fakenews* e como elemento central na gestão de crises sanitárias.

⁷Confiança no poder público impacta adesão a isolamento social, diz pesquisa. Estudo avaliou como confiança no governo estadual do Ceará afeta a adesão às medidas de isolamento durante pandemia. Kevin Alencar 3 de agosto de 2021 agenciaufc@ufc.br;

No primeiro eixo, a análise demonstrou que a circulação de *fakenews* não se limita a um fenômeno comunicacional superficial, mas envolve dimensões éticas, políticas e sociais. A pós-verdade, combinada com a velocidade de propagação das redes sociais, favoreceu a disseminação de narrativas que minaram a confiança da população nas políticas públicas, como observado durante a fase inicial da pandemia (LIRA, 2025, p. 13). Estudos anteriores, como o de Schroeder *et al.* (2024), reforçam que a articulação entre narrativas falsas e identidades coletivas, religiosas ou políticas, amplia o engajamento e legitima posturas negacionistas ou antipetistas, demonstrando o poder político e social da desinformação.

No segundo eixo, relacionado à pandemia, evidenciou-se que a desinformação teve efeitos diretos sobre a saúde coletiva. Boatos sobre medicamentos sem comprovação científica, questionamentos sobre vacinas e falsas informações sobre o fechamento do comércio comprometeram a adesão da população às medidas de prevenção e ampliaram a crise sanitária (SANTANA; SIMEÃO, 2020, p. 89). No Brasil, autoridades federais, incluindo o presidente Jair Bolsonaro, reforçaram essas narrativas ao minimizar a gravidade da Covid-19, classificando-a como “gripezinha” e defendendo o uso da cloroquina sem evidências científicas (SANTANA; SIMEÃO, 2020, p. 91).

No terceiro eixo, a comunicação governamental, os estudos de caso do Ceará evidenciaram práticas inovadoras que podem servir de referência para políticas públicas de comunicação em crises futuras. O lançamento do Portal de Verificação de *Fake News* e as *lives* semanais do então governador Camilo Santana demonstraram a importância da proatividade e da transparência na gestão da informação.

Para além das medidas educativas e da transparência, o combate à desinformação demanda o uso estratégico da tecnologia. É preciso reconhecer que, assim como as redes sociais e plataformas digitais são vetores para a disseminação de notícias falsas, elas também podem ser empregadas para qualificar a comunicação pública. A tecnologia atua como um recurso que torna os processos comunicacionais mais seletivos e orientados ao usuário, facilitando a mediação e a construção de relacionamentos mais sólidos entre o governo e a população (SANTANA; SIMEÃO, 2020, p.92).

6. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou a complexidade e o impacto da desinformação em contextos de crise sanitária, destacando três eixos analíticos centrais: comunicação e *fake news*, pandemia de Covid-19 e comunicação governamental estratégica.

De maneira que essas atitudes em conjunto mostraram que a comunicação pública, quando bem planejada, pode influenciar positivamente o comportamento social e aumentar a adesão a medidas de saúde. Portanto, essas ações confirmam que a comunicação governamental, quando utilizada de forma estratégica, pode atuar como instrumento de gestão de crises, formando o senso crítico da população e fortalecendo a confiança na ciência e nas instituições públicas.

Assim, o enfrentamento do fenômeno das *fakenews* exige o desenvolvimento de dispositivos tecnológicos que facilitem o acesso e uso de serviços informacionais confiáveis. Iniciativas como o canal “*Fato ou Fake Ceará*” ilustram esse ponto, pois se valem de plataformas digitais para criar uma ponte direta de verificação de conteúdo. Tais ferramentas, ao menos, devem ter a capacidade de indicar a possibilidade de fraude ou a circulação de informações duvidosas, educando o cidadão para o consumo crítico da informação e construindo um ambiente digital mais seguro e confiável.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Felipe Braga. **Direito e política: eleições, tecnologia e políticas públicas em debate**. Editora Dialética, 2023.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva S/A, 2022.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Autêntica Editora, 2021.

BUCCI, Eugenio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista Usp**, n. 116, p. 19-30, 2018.

BUCCI, Eugênio; PAULO, O. Estado de S. A luta livre contra a imprensa. **O Estado de S. Paulo**, 2017.

CARTA CAPITAL, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/deputados-do-ceara-aprovam-lei-que-multa-quem-divulgar-noticia-falsa/>.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CEARÁ, Estado do. Portal do Governo do Ceará – Casa Civil. “**Estudo inédito da Uece destaca impacto das fakenews sobre vacinação na mortalidade por covid**”. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2025/07/01/estudo-inedito-da-uece-destaca-impacto-das-fake-news-sobre-vacinacao-na-mortalidade-por-covid/>. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

CEARÁ, Governo do Estado do, Secretaria da Saúde do Ceará – SESA, 2022.

COSTA, Tainá de Almeida e SILVA, Eunice Almeida da e OLIVEIRA, Régia Cristina. **Narrativas antivacinas em grupos de Facebook: negacionismo e pós-verdade em tempos de pandemia**. Estudos de Sociologia, v. 28, n. esp. 1, p. 01-29, 2023 Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.1.17375>. Acesso em: 20 set. 2025.

DA CUNHA, Adriana Rodrigues et al. Impacto das Fakenews sobre vacinação na mortalidade por COVID-19: uma análise epidemiológica no Brasil. **Revista Enfermagem UFPI**, v. 14, n. 1, 2025.

DUARTE, J. **Comunicação pública: Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Atlas, 2012.

FALCÃO, Paula; DE SOUZA, Aline Batista. Pandemia de desinformação: as fakenews no contexto da Covid-19 no Brasil. **Reciis**, v. 15, n. 1, 2021.

FROTA, Francisco Horacio da Silva; FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Andréa Luz da. **O impacto do COVID-19 nas políticas públicas**. Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020. ISBN 978-65-86311-05-1. PDF Disponível em: <https://storage.brammd.com/documents/88ba515bf0e412e771d2e03307a213a70230590d.pdf>

GEHRKE, Marília; BENETTI, Marcia. A desinformação no Brasil durante a pandemia de Covid-19: temas, plataformas e atores. **Revista Fronteiras**, v. 23, n. 2, 2021.

GOMES, L. **Comunicação pública e democracia**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GUEDES, Marcelo Santiago. Os impactos do efeito bolha causado pelos algoritmos do Facebook para o direito de resposta. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, n. 50, p. 67-85, 2017.

LÉ, Jaqueline Barreto. **Desinformação, Liberdade de Expressão e Sentido: Uma Análise de Processos Referenciais em Tweets do Portal Aos Fatos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46, 2023, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Intercom, 2023. p. 1-15.

LIRA, Diego **Democracia e Pós-Verdade: a batalha entre a credibilidade e a desinformação nas redes sociais.** Fortaleza, 2025.

LOPES, M. **O papel da comunicação governamental em crises sanitárias.** São Paulo: Cengage Learning, 2021.

MACHADO, L. C. **Comunicação pública e redes sociais digitais: o caso do Governo do Ceará na pandemia.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

MENESES, M. A. A. **A comunicação política na pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Intermeios, 2021.

PINTO, Pâmela Araujo; ANTUNES, Maria João; ALMEIDA, Ana Margarida Pisco. Instagram como herramienta de salud pública: un estudio sobre América del Sur. **Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación**, n. 53, p. 63-81, 2021.

PINTO, Pamela Araujo; CARVALHO, Eleonora de Magalhães. O enfrentamento à desinformação sobre saúde pública no Brasil: registros entre 2020 e 2022. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 140-167, 2023.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. Desinfodemia. **Decifrando a desinformação sobre a Covid-19, Policybrief**, v. 1, 2020.

RECUERO, R. et al. **A desinformação na pandemia: a atuação do governo federal na circulação de fakenews.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 36, n. 107, p. 1-22, 2021.

SANTAELLA, L. **Comunicação, cultura e arte.** São Paulo: Editora da PUC-SP, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Novos desafios da comunicação.** Lumina – Facom/UFJF, v. 4, n. 1, p. 1–10, jan./jun. 2001. Disponível em: www.facom.ufjf.br.

SANTANA, Gislane Pereira; SIMEÃO, Elmira Luiza Melo Soares. **Notícias falsas: origens, meios de disseminação, contextos e enfrentamento.** 2020.

SANTANA, Gislane Pereira; SIMEÃO, Elmira Luzia Melo Soares. **Desinformação e “fakenews” no contexto da pandemia no Brasil.** Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 14, n. 2, p. 515-532, 2021. DOI: 10.26512/rici.v14.n2.2021.36692.

SCHROEDER, Tiago et al. Uma análise do protagonismo de fakenews em eleições no Brasil e no mundo e sua presença no contexto religioso brasileiro. 2024.

SILVA, D. **Fakenews e eleições presidenciais de 2018 no Brasil: a batalha espiritual nas redes sociais.** Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Emanuel. “Compartilhareis as fakes e as fakes me elegerão”: uma análise de fakesnewsanti-Haddad em redes sociais de católicos carismáticos. **Revista Agenda Política**, v. 7, n. 2, p. 56-79, 2019.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. London: Council of Europe, 2017.

WHO. **Infodemic management**. Geneva: World Health Organization, 2020.

WILKE, J. **A informação tóxica na comunicação política brasileira**. São Paulo: Editora da USP, 2020/2021.

ZANIN, Atuação da imprensa campo-grandense frente à desinformação: uma análise de conteúdo comparativo entre os jornais Correio do Estado e Campo Grande News. 2024.